

aceita imposições dos credores

ul, o presidente disse que não aceita programas severos de austeridade e defendeu a via independente de negociação.

Sarney não

Em entrevista a The Wall Street Journal

O presidente José Sarney disse, segundo uma entrevista publicada ontem por The Wall Street Journal, de Nova York, que os países latino-americanos deveriam procurar soluções separadas para os problemas de sua dívida externa, em vez de trabalhar juntos. O presidente afirmou também que o Brasil resistirá às exigências de seus credores e do FMI para que adote um programa severo de austeridade econômica.

Sua declaração em favor da via independente para a negociação da dívida foi interpretada pela repórter Lynda Shuster, autora da entrevista, como rejeição dos apelos de algumas nações devedoras em prol da unidade nas negociações com os credores. O presidente disse ainda que as negociações com o FMI não deveriam transformar-se num debate ideológico entre Leste e Oeste.

Mas, segundo Shuster, Sarney disse que o governo tem por objetivo fazer o País crescer 5% ao ano nos próximos seis anos, a fim de sustentar os seus programas sociais, entre outras coisas. "Sem tais programas, as pressões sociais fariam o Brasil explodir" — declarou Sarney ao Journal.

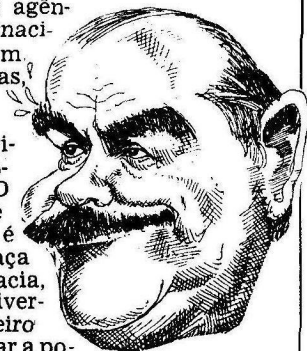
"Não é razoável pensar que possamos impor uma recessão ao Brasil", disse o presidente, o que, a seu ver, seria o resultado das medidas de austeridade recomendadas pelo

FMI. "As agências internacionais lidam com teorias, não com os duros fatos da vida", acrescentou. "O fato é que a pobreza é uma ameaça à democracia, e se não tivermos dinheiro para atacar a pobreza ficaremos sempre no limiar da desordem social."

Shuster afirma na matéria não ter ficado claro se a posição dura de Sarney é para valer, mas que parece resistir mais à ortodoxia do FMI do que os líderes do passado.

O presidente disse ao importante jornal econômico de Nova York que os planos do governo prevêem um encolhimento do setor público através da venda de empresas estatais e da remodelação de outras.

Além disso, o governo cortará seu déficit orçamentário mediante a redução dos gastos e aumento dos impostos e das tarifas. Sarney disse ainda que as taxas de juros internas — atualmente girando em torno de 45% em termos reais — seriam reduzidas, e os controles de



preços seriam mantidos. O presidente previu que no fim do ano a inflação estaria em torno de 210%, em ritmo anual, e em 1986 ficaria por volta de 170%.

"Nosso plano prevê crescimento, dinheiro suficiente para pagar os juros e uma queda na inflação", disse o presidente ao Journal. "Com tudo trabalhando tão bem, o que há para se discutir com o FMI?", perguntou.

O principal assessor econômico de Sarney, Luís Paulo Rozemberg, que assistiu à entrevista, disse que as medidas do governo estreitariam seu déficit do orçamento operacional para menos de 1% do Produto Nacional Bruto do País, no final do ano. Atualmente, o déficit anda por volta de 5,1% do PNB, segundo o Journal. Geralmente, o déficit tem sido calculado em função do PIB e não do PNB.

Sarney queixou-se de que os credores e o FMI estimularam o País a aumentar suas exportações e agora seu êxito provocou reações protencionistas. Condenou particularmente a ameaça que pesa sobre os calçados brasileiros nos EUA.

"Subitamente, vamos ser punidos por esse fantástico esforço que todo mundo nos mandou fazer. É uma verdadeira contradição", protestou Sarney ao Journal.

**A.M. Pimenta Neves,
de Washington.**